

Carlos Zilio
em depoimento a Audrey Furlaneto

“Em 1964, eu era estudante de arte e, embora não fosse um militante, vivia desde a minha adolescência intensamente aquele clima político. Havia uma atmosfera muito envolvente e forte que se acentuava bastante no Rio. Embora a cidade não fosse mais capital federal, de fato ainda era como fosse, além de centro cultural e financeiro. Lembro-me que o dia do golpe gerou uma sensação de grande derrota. Soa um tanto óbvio, mas havia o sentimento de perda de uma esperança e a experiência de sofrer uma violência armada.

Apesar do golpe aos poucos foi-se retomando a vida cultural. Minha geração nas artes plásticas surge neste momento e foi muito mobilizada pelos acontecimentos políticos. Isso, evidentemente, repercutia no embate cultural. Havia um estreita relação entre arte e política, o que aparece nas mostras “Opinião 65”, “Opinião 66” e “Nova Objetividade Brasileira”. Era um problema comum a todos nós, a dinâmica política e cultural, com um caráter contestador e transgressivo. Na primeira exposição pública que participei, já era um trabalho vinculado à política. Uso aqui a palavra “política” na medida em que era uma produção que buscava a abordagem política integrada à transgressão das formas estabelecidas de arte.

No período entre 1964 e 1968, a censura atuava nas áreas mais críticas, como imprensa e literatura, mas as artes plásticas eram um pouco excêntricas, no sentido de fora do centro. Creio que a censura só chegou às artes visuais a partir do AI-5. Antes, havia ainda a possibilidade de exposições e de troca de ideias. Estética e política formavam uma unidade. Os trabalhos eram feitos pensando em sua multiplicação, romper com a obra única e ganhar uma dimensão pública.

Até 1968, acreditava na arte como forma de transformar a sociedade. Mas, num determinado momento, a dimensão de atuação pública da arte que era um objetivo que buscávamos, acabou para mim, digamos, exacerbando a política em si mesma. Em última análise, creio que subestimei o caráter simbólico da arte. Achava mais urgente uma resposta política de intervenção na realidade de maneira mais concreta. Fui me engajando cada vez mais na política e deixei de produzir arte para me ligar completamente

à militância. Já não produzi trabalhos entre 1968 e 1969. Em 1970 fui preso.

Na prisão, retomei a minha produção, com recursos, evidentemente, muito limitados: papel e caneta hidrográfica. Comecei a fazer trabalhos que me acompanharam ao longo do período em que estive preso. Os desenhos ficavam lá comigo e saiam com as visitas. Minha mulher os levava embora. Esses trabalhos foram mostrados apenas em 1996 no MAM (do Rio, de São Paulo e da Bahia), na exposição “Carlos Zilio — arte política: 1966-1976”. Tive muita dificuldade para expô-los. Temia que fossem percebidos como uma glamorização da atuação política. Mas aquilo era minha vida, não dava para recalar. O tempo havia passado e, além disso, o país se redemocratizara.

Ao redor de 1973 acho que as artes plásticas foram se rearticulando politicamente. A chamada abertura da ditadura ensaiava seus primeiros passos mas não era um processo de concessões. Nós, artistas, buscamos formular projetos e conquistar espaços para a circulação do nosso trabalho. A censura, era algo que a gente ia forçando para testar suas resistências e formular maneiras de superá-la. Houve uma politização do espaço da arte no sentido de perceber melhor que a criação, circulação e consumo da arte, compreende necessariamente, instâncias políticas e ideológicas que envolvem instituições e mercado. Nota-se, nesta época, a presença dos artistas na luta pela definição destas políticas como, por exemplo, na publicação de “Malasartes” uma revista dedicada à arte e à cultura contemporâneas e em 1975 no MAM na criação da Área Experimental, espaço que possibilitou a emergência de obras que retomavam a expressão de Mario Pedrosa, da “arte como exercício experimental da liberdade”.

Copyright do autor publicado em www.carloszilio.com